



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

011484/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 3856a081-503e-4477-aa0e-6641c47c151f

AUTUADO EM	Segunda-feira, 31 de Março de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
JN PNEUS LTDA	

RESUMO
<i>RECURSO PE 90.167/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 18.125/2024. EMPRESA RECORRENTE: JN PNEUS LTDA EMPRESA RECORRIDA: CPX DISTRIBUIDORA S/A</i>
DATA:31/03/2025





ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18.125/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.167/2024

RECORRENTE: JN PNEUS LTDA

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO – RECLASSIFICAÇÃO DO ITEM 13

JN PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.472.217/0001-70, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 553, sala 01, Centro, Rio Fortuna, Santa Catarina, CEP 88760-000, nesse ato representada por sua sócia administradora Nathália Ricken Oenning, portadora do RG nº 6.295.847 e do CPF nº 114.620.469-83, vem, respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra sua desclassificação no Item 13, pelos fundamentos a seguir expostos.

1 - DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é interposto dentro do prazo legal estabelecido no edital e na legislação vigente, em especial o artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, que assegura aos licitantes o direito ao contraditório e à ampla defesa. Assim, reafirma-se a tempestividade do presente recurso e a necessidade de sua análise pela autoridade competente.

2 - DOS FATOS

A decisão de desclassificação foi tomada sem justificativa clara e objetiva, o que viola os princípios da publicidade, motivação e ampla concorrência, prejudicando a lisura e a transparência do certame.

3. DA IRREGULARIDADE DA DESCLASSIFICAÇÃO

A desclassificação do Item 13 afronta princípios basilares da Administração Pública, em especial:

3.1. Princípio da Ampla Competitividade

Nos termos do art. 5º, IV, da Lei 14.133/2021, o processo licitatório deve garantir a ampla competição entre os fornecedores, sendo vedadas exigências que limitem indevidamente a participação no certame.

O Tribunal de Contas da União (TCU) reiteradamente tem decidido que exigências excessivas ou desproporcionais em licitações públicas restringem a competição e devem ser afastadas. No Acórdão 1.348/2013, o TCU determinou que "as exigências editalícias devem ser justificadas e compatíveis com o objeto licitado, não podendo impor restrições indevidas à competitividade".

JN PNEUS LTDA

CNPJ: 44.472.217/0001-70

I.E: 251446339

Fone: (48)3653-1482 - E-mail: licitacao@jnpneus.com.br
Avenida 7 de Setembro, 553 - Centro - 88760-000 - RIO FORTUNA - SC



3.2. Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade

A desclassificação da Recorrente se baseia na suposta não conformidade do produto, mesmo havendo catálogo detalhado que comprova o atendimento integral ao edital. Tal decisão é desproporcional, ferindo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

No Acórdão 2.692/2015, o TCU determinou que "a Administração deve adotar critérios objetivos e fundamentados para desclassificações, evitando subjetivismos que prejudiquem a competição".

3.3. Princípio do Julgamento Objetivo

O art. 11 da Lei 14.133/2021 estabelece que as propostas devem ser julgadas com base em critérios objetivos. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no Processo nº 1084435, reafirmou que "a Administração deve se pautar na objetividade e na legalidade, evitando desclassificações arbitrárias".

No caso em tela, a desclassificação ocorreu sem uma análise objetiva e sem justificativa técnica plausível, o que afronta a legislação e a jurisprudência.

3.4 DA NECESSIDADE DE RECLASSIFICAÇÃO DO ITEM 13

A ausência de justificativa específica para a desclassificação do Item 13 configura afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao dever de motivação dos atos administrativos, conforme estabelece o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, os Tribunais de Contas têm entendimento pacífico de que a Administração Pública não pode desclassificar uma proposta sem indicar objetivamente as razões técnicas que embasam tal decisão. O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 1.214/2022 – Plenário, estabelece que "a desclassificação de propostas deve ser fundamentada de forma expressa e clara, permitindo ao licitante a compreensão dos motivos da decisão e possibilitando o exercício do contraditório e da ampla defesa."

Da mesma forma, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), no Acórdão nº 3.587/2021, reforça que "a ausência de motivação na desclassificação de proposta pode ensejar a anulação do certame, uma vez que compromete a transparência e a isonomia do processo licitatório."

Marçal Justen Filho destaca que "o dever de motivação dos atos administrativos em processos licitatórios é uma garantia essencial à transparência e à impessoalidade da administração pública, assegurando que decisões sejam tomadas com base em critérios objetivos e verificáveis" (Curso de Direito Administrativo, 2020).

JN PNEUS LTDA

CNPJ: 44.472.217/0001-70

I.E: 251446339

**Fone: (48)3653-1482 - E-mail: licitacao@jnpneus.com.br
Avenida 7 de Setembro, 553 - Centro - 88760-000 - RIO FORTUNA - SC**



José dos Santos Carvalho Filho, por sua vez, salienta que "a desclassificação de propostas sem motivação expressa fere diretamente o princípio do devido processo legal, uma vez que impede a parte interessada de exercer plenamente o contraditório e a ampla defesa" (Manual de Direito Administrativo, 2021).

Portanto, não havendo indicação clara e objetiva do motivo da desclassificação, deve-se presumir que o item atende aos requisitos do edital e, por consequência, deve ser reclassificado.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a Recorrente que Vossa Senhoria:

1. Reconsidere a decisão e reclassifique o Item 13, garantindo a ampla concorrência e a legalidade do certame;
2. Caso mantida a desclassificação, que seja apresentada uma justificativa técnica clara e objetiva, apontando especificamente quais exigências do edital não foram atendidas;
3. Seja garantido à Recorrente o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme os princípios que regem os processos administrativos e as diretrizes estabelecidas pelos Tribunais de Contas e a doutrina especializada.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio Fortuna, 20 de Março de 2025.

JN PNEUS LTDA

CNPJ nº 44.472.217/0001-70

Nathalia Ricken Oenning

CPF nº 114.620.469-83

JN PNEUS LTDA

CNPJ: 44.472.217/0001-70

I.E: 251446339

**Fone: (48)3653-1482 - E-mail: licitacao@jnpneus.com.br
Avenida 7 de Setembro, 553 - Centro - 88760-000 - RIO FORTUNA - SC**



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

À Secretaria Municipal de Educação

Processo Licitatório nº **18.125/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.167/2024**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO de PNEUS, para atender as necessidades do setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de RECURSO interposto, tempestivamente, pela empresa JN PNEUS LTDA, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.167/2024.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, o que segue:

- i.) Após a fase de lances e apresentação de amostras, a empresa restou desclassificada no item 13, sem justificativa técnica clara e objetiva, o que viola os princípios da publicidade, motivação e ampla concorrência;
- ii.) A desclassificação da Recorrente se baseia na suposta não conformidade do produto, mesmo havendo sido enviado catálogo detalhado que comprova o atendimento integral ao Edital.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida não apresentou contrarrazões.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno das especificações da proposta apresentada pela empresa Recorrente.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e todos os documentos enviados pelas empresas licitantes foram submetidos ao exame da Secretaria Municipal requisitante, a qual possui condições de promover a análise técnica comparativa do catálogo, manual e/ou ficha técnica com os aspectos exigidos no Termo de Referência.

O órgão técnico da Secretaria Municipal de Educação exarou Laudo de Aceitabilidade, segundo o qual reprovou o produto ofertado pela Recorrente, o que motivou a desclassificação da empresa e foi devidamente divulgado na sessão do Pregão Eletrônico em referência.

Insta consignar, por fim, que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual detém o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.

III. DAS DILIGÊNCIAS

Diante do exposto, considerando que o teor do recurso aborda questões técnicas, encaminho o presente processo à Secretaria Municipal de Educação, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem **26.11** do Edital do Pregão Eletrônico nº **90.167/2024**, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Após o recebimento da resposta da diligência técnica, a análise do recurso será complementada, com vistas à adoção de decisão fundamentada e alinhada aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Nova Friburgo, 27 de março de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O**



Da:Secretaria Municipal de Educação
Transporte Escolar SME
Para:Comissão Permanente de Licitação.
A/C.Leonardo Gabrig Peixoto
ReferenteProcesso 18125/2024-Pregão Eletrônico nº:90167/2024(SRP)

Senhor Pregoeiro,

Sirvo-me do presente para informar que em relação ao recurso apresentado pela empresa **JN PNEUS** ficou definido o seguinte:

Após uma nova análise mais apurada , reconsideramos a decisão de desclassificação do item 13, mantendo a ampla defesa e legalidade do certame .
Era o que nos cumpria informar.

Atenciosamente,



Miguel Angelo Bueno Fernandes
MMEF/SARE - Mat 116.275
Miguel Angelo Bueno Fernandes
Supervisor de Nível Intermediário de
Almoxarifado
Mat. 116.275



Eraldo Alves da Silva Junior
Subsecretário de Infraestrutura e
Logística Educacional .
Mat. 116.272



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO

PE 90.167/2024

Processo Licitatório nº **18.125/2024**, referente ao Pregão Eletrônico nº **90. 167/2024**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de PNEUS, para atender as necessidades do setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de RECURSO interposto, tempestivamente, pela empresa JN PNEUS LTDA, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.167/2024.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa CPX DISTRIBUIDORA S/A, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que após a fase de lances e apresentação de amostras, a empresa restou desclassificada no item 13, sem justificativa técnica clara e objetiva, o que violaria os princípios da publicidade, motivação e ampla concorrência.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida não apresentou contrarrazões.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno das especificações da proposta apresentada pela empresa Recorrente.

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e todos os documentos enviados pelas empresas licitantes foram submetidos ao exame da Secretaria Municipal requisitante, a qual possui condições de promover a análise técnica comparativa do catálogo, manual e/ou ficha técnica com os aspectos exigidos no Termo de Referência.

O órgão técnico da Secretaria Municipal de Educação exarou Laudo de Aceitabilidade, segundo o qual reprovou o produto ofertado pela Recorrente, o que motivou a desclassificação da empresa e foi devidamente divulgado na sessão do Pregão Eletrônico em referência.

O recurso, portanto, foi encaminhado para análise do setor técnico da Secretaria requisitante, o qual exarou a manifestação no bojo do processo



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

administrativo nº 11.484/2025, segundo a qual "após uma nova análise mais apurada, reconsideramos a decisão de desclassificação do item 13".

III. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, CONHEÇO do recurso interposto pela empresa JN PNEUS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.167/2024, e no mérito, DOU PROVIMENTO, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida e pugnando pela volta de fase do certame, em obediência aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 17 de abril de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934